



Proposição: PEDIF - PEDIDO DE INFORMAÇÃO
Número: 000162/2026

APROVADO
Em: 14/07/2026

José Márcio Lopes Guedes
PRESIDENTE

Senhor Presidente,

Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

A Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização das Ações e dos Recursos Decorrentes da Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública, requer à Mesa, ouvido o Plenário, nos termos regimentais, que seja enviado ofício à Exma. Sra. Prefeita Municipal para que determine que a Secretaria de Governo - SG e Secretaria de Obras - SO, prestem informações acerca das ações de resposta, recuperação e reconstrução das áreas atingidas pelas fortes chuvas de fevereiro de 2026 que ensejaram com a declaração de situação de emergência e do estado de calamidade pública pelo Decreto Municipal nº 17.693/2026.

A Comissão Especial de Acompanhamento e Fiscalização das Ações e dos Recursos Decorrentes da Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública foi instituída pela Portaria nº 6.558/2026 desta Casa Legislativa e tem por finalidade analisar, acompanhar, fiscalizar e relatar a aplicação dos recursos públicos destinados ao enfrentamento da situação de emergência e do estado de calamidade pública declarados pelo Decreto Municipal nº 17.693/2026.

Visa à Comissão acompanhar a aplicação dos recursos próprios do Município, bem como daqueles provenientes dos Governos Federal e Estadual, destinados às ações de resposta, recuperação e reconstrução das áreas atingidas, abrangendo, entre outros aspectos, a execução orçamentária e financeira, as contratações diretas, os processos licitatórios, a cronologia de execução e a evolução física e financeira das obras.

Além disso, a Comissão acompanha as ações municipais voltadas ao atendimento da população afetada, incluindo a concessão do Auxílio Calamidade Municipal, do Auxílio Reconstrução (Governo Federal), do Programa Compra Assistida, bem como outros benefícios eventuais e as medidas adotadas para reconstrução das moradias destruídas ou disponibilização de novas unidades habitacionais às famílias atingidas.

Diante do exposto, com fundamento na competência fiscalizatória do Poder Legislativo, solicita-se às secretarias municipais, no âmbito de suas competências, que prestem as seguintes informações:

As informações deverão compreender todo período, desde a decretação do estado de calamidade pública, até a data da resposta deste pedido de informação.



1. Recursos próprios do Município

Informar, de forma detalhada:

- a) Quais recursos próprios do Município foram destinados às ações decorrentes da situação de emergência e do estado de calamidade pública especificando a fonte orçamentária, unidade gestora e classificação programática;
- b) O valor total disponibilizado e os valores já empenhados, liquidados e pagos, bem como eventual saldo a empenhar e saldo disponível;
- c) Os projetos, obras e intervenções para os quais esses recursos foram ou serão aplicados, informando localização, bairro, estágio de execução, empresa responsável e valor individual;
- d) A relação das contratações diretas realizadas, indicando o fundamento legal, objeto, empresa contratada, valor e situação da execução, número de processo, do contrato e prazo contratual;
- e) A relação dos processos licitatórios instaurados ou concluídos, informando modalidade, objeto, empresa vencedora, valor contratado, fase de execução e situação atual do contrato;
- f) O cronograma físico-financeiro das obras em andamento ou previstas, informando eventual reprogramação do cronograma e respectiva justificativa;
- g) O estágio atual de execução de cada obra, indicando percentual executado, previsão de conclusão e eventuais intercorrências ou atrasos, bem como o motivo técnico, financeiro ou administrativo dos atrasos eventualmente existentes.

2. Recursos provenientes do Governo do Estado de Minas Gerais

Informar, de forma detalhada:

- a) Quais recursos estaduais foram disponibilizados ao Município;
- b) Os respectivos valores, indicando a origem do repasse, programa ou convênio;
- c) Os projetos, obras e intervenções beneficiados com esses recursos;
- d) As contratações diretas realizadas com recursos estaduais, contendo objeto, empresa contratada, valor, fundamento legal e situação da execução;
- e) Os processos licitatórios realizados com recursos estaduais, indicando modalidade, objeto, empresa vencedora, valor contratado e estágio de execução;
- f) O cronograma físico-financeiro das obras custeadas, total ou parcialmente, com recursos estaduais;
- g) A evolução física e financeira de cada obra, indicando percentual executado e previsão de conclusão.

3. Recursos provenientes do Governo Federal

Informar, de forma detalhada:

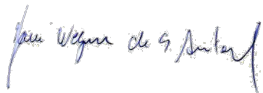
- a) Quais recursos federais foram destinados ao Município em razão da situação de emergência e do estado de calamidade pública;
- b) Os respectivos valores, indicando o órgão concedente, programa, instrumento de repasse ou transferência;
- c) Os projetos, obras e intervenções contemplados com esses recursos;
- d) As contratações diretas realizadas com recursos federais, contendo objeto, empresa contratada, valor, fundamento legal e situação da execução;
- e) Os processos licitatórios realizados com recursos federais, indicando modalidade, objeto, empresa vencedora, valor contratado e estágio de execução;
- f) O cronograma físico-financeiro das obras financiadas com recursos federais;
- g) A evolução física e financeira de cada obra, indicando percentual executado, previsão de conclusão e justificativa para eventual atraso.
- h) se existem recursos já autorizados, mas ainda não repassados;
- Indicar recursos já aprovados pela União que ainda aguardam transferência financeira;
- i) todos os projetos cadastrados junto ao Governo Federal e Governo Estadual destinados à recuperação decorrente da calamidade, indicando situação atual, valor pleiteado, valor aprovado, pendências e previsão de liberação;
- j) todas as obras de contenção de encostas, estabilização de taludes, drenagem e recuperação estrutural previstas, contratadas ou executadas em decorrência das chuvas;
- k) quais órgãos municipais realizam a fiscalização técnica das obras e encaminham os respectivos relatórios de medição e fiscalização;
- l) todos os aditivos quantitativos, qualitativos de prazo ou de valor celebrados nos contratos relacionados à calamidade;
- m) quais critérios técnicos foram utilizados para definição da ordem de prioridade das obras executadas.

Por fim, solicita-se que as informações sejam acompanhadas da documentação pertinente, especialmente planilhas orçamentárias, cronogramas, relatórios de medição, cópias dos contratos, termos aditivos, convênios, instrumentos de repasse, notas de empenho, ordens de serviço e demais documentos que permitam o pleno exercício da atividade fiscalizatória desta Comissão Especial.



Assim, contamos com apoio do Plenário na certeza da importância deste Pedido de Informação.

Palácio Barbosa Lima, 14 de julho de 2026.



João Wagner de Siqueira
Antoniol
Vereador João Wagner Antoniol -
MDB



Jefferson Da Silva Januário
Vereador Negro Bússola - PV



Laiz Perrut Marendino
Vereadora Laiz Perrut - PT



Carlos Alberto de Mello
Vereador Sargento Mello Casal -
PL



Carlos José de Souza
Vereador Fiote - PDT

